FHC

"Ninguém vai nos tomar a bandeira social"

GAZETA MERCANTIL

-2 SET 1997

Presidente comunica sua agenda

Ivanir José Bortot,
Fernando Dantas e
César Felício
de Brasília

Fernando Henrique Cardoso

O presidente Fernando Henrique Cardoso, virtual candidato à reeleição em 1998, deixou claro ontem, em entrevista coletiva à imprensa em Brasília, que fará de tudo para impedir que a oposição roube a bandeira social do governo na campanha do ano que vem.

A tecla social foi martelada seguidamente durante a entrevista. Da insólita celebração do aumento de consumo de dentaduras pelos pobres brasileiros à ousada definição de "socialista" (mais precisamente, "social-ista", que "olha o social") ao seu projeto de governo, Fernando Henrique pregou o tempo todo a necessidade de "solidariedade" e de "maior sensibilidade social".

Programada oficialmente para abrir a semana da pátria, a entrevista do presidente também serviria de contraponto a um eventual lançamento de candidatura ao encontro do PT no final de semana. O lançamento não aconteceu e o próprio encontro petista teve sua cobertura ofuscada pela morte da princesa de Gales. Mas a entrevista cumpriu o objetivo: comunicar à opinião pública-eleitorado a agenda do presidente-candidato nos seus próximos catorze meses de governo-campanha. *(Cont. A-4)*

"Ninguém vai nos tomar a bandeira social"

(Continuação da Página A-4)

Isso não é um problema do Brasil, é um problema geral. O que você tem, hoje, é uma questão de movimentos especulativos. Agora, as diferenças são muito grandes. Eu, nesse fim-de-semana, andei lendo, justamente, sobre a questão de Tailândia, México, e outras questões mais. Bem, isto aqui é uma grande economia, um mercado muito grande. Esses dados que eu dei, de investimento direto – 14 bilhões em seis meses – ninguém vem aqui para fazer ataque especulativo. Esses que estão aqui postos, nesses recursos, eles querem que o Brasil cresça, porque senão eles perdem.

Nós temos um mercado muito grande, uma economia muito diversificada. Não vou me referir às reservas, que são também grandes, mas não é isso, não, é mais do que isso. Eu disse alguma vez, quero apenas repetir: que nós não somos tigre, nós somos baleia. Tigre dá salto, baleia se move mais devagar. Mas é mamífero, também, tem condições de reprodução melhores. Isso é um País que tem muito força. O Brasil é como a China, é como foi o Canadá, os Estados Unidos, Rússia. É outro tipo.

Com isso, não estou querendo sair pela tangente. Estou lhes dizendo que há muitos fatores que fazem com que os investidores olhem para o Brasil. O especulativo olha para o mundo todo e deve olhar para aqui, também. Mas o peso, digamos, do investimento que vem, em função da nossa potencialidade efetiva, é muito grande. Por outro lado nós, hoje, estamos controlando os nossos déficits. Vocês estão vendo aí, estou mostrando os dados. Mesmos os déficits de transações correntes, o México chegou a quase 9%. A Tailândia levou a 8% anos a fio.

Jornalista Laura Fonseca, Estado de Minas – *A figura do líder forte, carismático, quase um pai amado e temido, era um traço cultural muito forte na nossa política. Durante a votação da emenda da reeleição no Congresso, essa imagem voltou e voltou forte, ou é o Plano Real e FHC ou será o caos. De que maneira as figuras de Ciro Gomes e Itamar Franco, que também são homens do real, podem atrapalhar isso?*

Presidente – Primeiro, eu não acredito no caos, eu nunca jogo para o caos, eu acho que isso é uma coisa errada. Eu sempre recusei assumir a posição carismática. Eu acho que nós vivemos uma nova fase do País em que é preciso que haja líder, sim, mas a liderança tem que ser uma liderança afirmativa, mas não mistificadora.(...)

"O governo está empenhado em buscar uma solução não para salvar a Encol, mas os mutuários da empresa"

Agora, os líderes mencionados são pessoas das minhas relações, pessoas de que eu gosto, que eu respeito, que têm todo o direito de serem coligadas e eles próprios cogitarem a possibilidade de virem a ser candidatos e, eu já disse isso uma vez a respeito do presidente Itamar, que é um amigo fraterno meu, é constrangedor. Mas contrangedor não quer dizer que não seja possível haver uma disputa. Será uma disputa sempre em alto nível, até porque não cabe um falar mal do outro, dadas as relações que temos.(...)

Jornalista Laura Fonseca – *Mas é mesmo o Plano Real ou o caos.*

Presidente – O Plano Real é indispensável para o Brasil. Isso não tem dúvida. O que que é o Plano Real? O Plano Real é duas coisas, ou três. Uma é isso, é o controle da inflação, mas ele é a cesta básica, ele é comida. Isso é muito concreto. É comida, é poder. Hoje, eu gostaria que começassem a pensar o seguinte, antigamente falavam: ah, o frango foi o herói do real, depois foi o iogurte, agora eu acho que é a dentadura. Vai ver os pobres botando dente. Isso não é para rir, isso é verdade, isso é um avanço imenso, a pessoa poder cuidar de si. Quer dizer, isto é o Plano Real e isso me comove. Quando eu vou conversar com as pessoas – e converso sempre que posso – a pessoa diz: consegui tal coisa, isso é muito concreto, ela não conseguiu porque eu sou o Pai da Pátria. Não, não, ela conseguiu porque o salário dela não foi comido pela inflação, não foi roubado pelos que querem, a toda hora, que a gente faça, que tome medidas aí que resultam na desordem da vida de cada um.(..)

Jornalista Ivanir José Bortot, Gazeta Mercantil – *Presidente, eu queria saber do senhor, partindo do pressuposto que o combate ao déficit público é uma prioridade absoluta, de qualquer país desenvolvido do mundo, que almeja estabilidade e não quer sofrer ataques especulativos, como o governo pretende trabalhar nesse um ano e meio que resta, quer dizer, como é que pode reduzir gastos para ter mais receita para aplicar no lado social e ter contas equilibradas que evitem de precisar desses recursos externos para financiar as contas?*

Presidente – Basta ler o orçamento que foi apresentado pelo ministro Kandir recentemente, que vai se ver o seguinte: primeiro ele é superavitário, não é isso? Os gastos que estão previstos para área social não são em detrimento do esforço de controle da situação fiscal. Porque senão seria ilusório, porque você pensa que ajuda o social e atrapalha, porque você vai piorar a capacidade de controle do Governo sobre a moeda. Então, o orçamento é equilibrado.

Segundo, nós estamos mudando qualitativamente a gestão. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer o seguinte: eu mencionei o fato de que esse orçamento que foi apresentado ao Congresso, agora, é, pela primeira vez, pelo menos desde que me entendo, que se apresenta um orçamento com a aspiração de que o orçado seja igual ao financeiro. Ou seja, não vai ser necessário apertar na boca do caixa, na Fazenda, para que haja o equilíbrio.

Bom, isso já dá uma margem muito grande de ação ao administrador. Eu acho que nós temos de mudar a nossa ótica, nos ganhos em geral, mas em particular nos sociais, do quantitativo para o qualitativo. Essa é a grande batalha. Não é ter mais dinheiro, é usar melhor o dinheiro e ver se é possível cortar alguns gastos que não necessários e fazer outros que são necessários.(...)

Então, a visão do Governo é de melhorar o gerenciamento nisso. Não houve um aumento quantitativo expressivo. Houve algum, porque o PIB cresceu e tal. É proporcional. Mas, eu acho que precisa melhorar o gerenciamento e melhoramento e gerenciamento você tem mais, os mesmos recursos dão para fazer mais coisas.

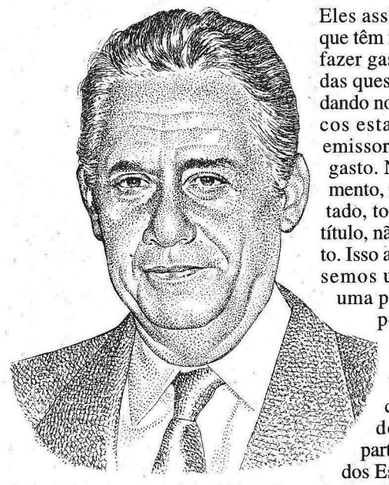
Com isso eu estou te respondendo, que nós não estamos nunca olhando o social, em oposição ao controle do gasto público. Não é essa atitude do Governo. A atitude é de responsabilidade, é fazer o necessário, aumentar a eficácia do gasto, mas não dizer, bom, deixa gastar porque assim eu vou ganhar eleição. Deixa gastar, por que assim eu vou ter aplausos. Deixa gastar, por que assim vão dizer que eu estou gastando no social. Não é essa a minha atitude, nem a de nenhum ministro.

Vamos ver o que é necessário fazer, sempre com a preocupação de que o fundamental, é o que eu disse, é manter o Real. E para manter o Real você tem que manter o controle do gasto público.

Jornalista Ivanir José Bortot – *Eu queria saber, especificamente, se em um ano e meio o senhor vai fazer a reforma ainda da Previdência.*

Presidente – (...)Não existe uma ameaça nesse próximo um ano e meio, desde que o Governo tenha o controle, como tem, de o Real perder a capacidade, o povo perder a capacidade de compra, apesar de não fazer as reformas. Essas reformas, eu disse lá atrás, não beneficiariam em nada esse mandato meu. Nada, não dá tempo. Elas são reformas que visam acertar o Brasil no longo prazo.

No curto prazo nós temos instrumentos de controle, que não são os melhores, são os possíveis. Agora, é para o longo prazo, não é isso. O que não dizer, e já que é para o longo prazo, vamos fazer isso depois. Não, vamos fazer já. Porque quanto mais depressa, mais se ganha, mais o Brasil ganha. Não é por causa de um ano e meio. Eu vou me empenhar, continuo empenhado mesmo. Eu acho o cúmulo que não se vote isso e que haja, aquela decência elementar diante do País, e olha que eu vou votar, pode parecer impopular, mas é necessário. Vou cortar privilégios. Não deixar que haja abusos, com há aqui nessa área. Vamos discutir com franqueza o País. Acho necessário isso, eu vou insistir, acho que vamos conseguir, eu sou persistente, eu acho que nós vamos conseguir.



Conseguida a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa, não vai mudar nada, do ponto de vista imediato, o que vai é desanuviar. A Reforma da Previdência tem uma mudança muito importante, foi sugestão do Raul Veloso, e que lá está contida. É para longo prazo. Eu não governo o Brasil pensando no dia de amanhã. É essa a sensação que eu gostaria de passar ao País.

Nós fazemos força para governar o Brasil, pensando nos filhos, nos netos, no futuro. Não estou pensando no dia seguinte, e acho que quem for pensar no dia seguinte, eleitoreiramente ou não, oportunisticamente ou não, não vai dar certo. Você tem que ter objetivos que vão ser alcançados, muito grandes, amplos, gerais, que vão pelo tempo.

Então, nesse ano e meio nós vamos administrar do mesmo jeito. Ao contrário o Orçamento é contido, é contido. Não é Orçamento para poder aparecer isso, aquilo. O povo não acreditaria se eu, de repente, começasse a gastar, gastar para fazer o quê? Ele vê: está enganando? Eu não vou enganar.(...)

"A taxa de câmbio, no Brasil, não é fixa. É móvel. Está havendo uma movimentação nessa taxa de câmbio"

Jornalista Ivanir José Bortot – *E do ponto de vista dos Estados? Porque, como lhe mencionei, os Estados, é um período também de eleições, onde os governadores têm poder para administrar suas finanças, para tributar e para gastar, principalmente gastar. Quer dizer, é possível, a nível de governo federal, se estabelecer algum tipo de entendimento, visando uma contenção maior desses gastos dos Estados?*

Presidente – Bom, eu devo dizer que os governantes têm feito um grande esforço. Eles encontraram a situação dos Estados do mesmo jeito que nós encontramos a do País: com muita dificuldade. E eles têm, muitas vezes, em alguns casos, uma situação dramática, porque o gasto de pessoal da União ainda é moderado. Em alguns Estados, ele vai a 80, 90%. E o serviço da dívida cobra 10, 12%. Acabou. Então, eles estão sufocados, alguns governadores, embora tenham feito muito esforço para corrigir distorções.

O que o Governo Federal fez? Eles assinaram contrato conosco, que têm força de lei. Não vão poder fazer gastos. Não têm como. Uma das questões que nós estamos mudando no Brasil é a função dos bancos estaduais, que eram bancos emissores. Era por aí que havia o gasto. Não tem dinheiro no orçamento, mas você, via banco do Estado, toma empréstimo, emite um título, não-sei-o-que-lá, e faz o gasto. Isso acabou. Então, nós já impusemos uma regra. Impusemos é uma palavra que não está certa, porque eles entenderamm, quase todos entenderam que era necessário e colaboraram nisso aí. Renegociamos as dívidas, é verdade. A união assumiu uma parte grande de dívidas que era dos Estados, porque tanto faz ser do Estado quanto da União, o orçamento é consolidado. Só que quando fica na mão do Estado, você garante um filete de pagamento, dependendo de como faça o acordo, não é isso? E você administra melhor, com mais rigor, essa dívida. Mas nós fomos secando essas fontes.

É claro que os governadores também têm necessidades, porque eles têm que atender aos seus contribuintes. Eles não têm o poder de tributar, não. A reforma tributária poderia até implicar em alguma poder. Mas eles não têm poder. Eles só tem um imposto grande, que é o ICMS, que eles têm o poder de tributar. A situação dos governadores não é fácil. Eu não quero fazer nenhuma injustiça com os governadores. Mas eu acho que eles estão, no conjunto... Vejam os dados que estão aí. Quer dizer, o déficit está diminuindo, o déficit público dos Estados.

Agora, isso é uma tarefa hercúlea, que está sendo feita há alguns anos por nós. Nós que eu digo não sou eu, não. É um conjunto muito grande de equipe econômica, de políticos, de governadores, que estão sensíveis a essa questão. Você não passa de um País que tinha inflação de 5.000% ao ano, que tinha devastado o Estado, além de algumas devastações políticas desnecessárias e curtas, por sorte, quer dizer, arrebentado o Estado, a estrutura do Estado, inflação galopante, falta de confiança. Como é que você reconstrói esse País? Nós estamos reconstruindo. Reconstruindo o Estado, reconstruindo a crença no país, refundando, como eu disse no meu discurso de posse, temos que refundar a República.

E há um outro dado também, que eu acho que é muito importante: tem que moralizar mais, tem que acabar mais com a impunidade, que é uma questão difícil, mas que tem que ser enfrentada. Tem que moralizar, tem que acabar com a impunidade, tem que cobrar. Vocês têm tido um papel excepcional nessa matéria, excepcional. E têm que continuar tendo.

Jornalista Humberto Giannini, Agência Ansa – *Presidente, na última semana, os países da América Latina têm-se preocupado com o levanntamento de embargo de armas para a América Latina e também com as declarações do presidente argentino Menem sobre a sua oposição a ocupar o Brasil uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu desejaria saber se o senhor crê em uma corrida armamentista na América Latina e, por outra parte, se as declarações do presidente Menem podem chegar a afetar entre o Brasil e a Argentina o desenvolvimento harmônico do Mercosul e qual é a reforma sustentada pelo Brasil nas Nações Unidas (...)*

Presidente – Pois não. O presidente do Chile, Eduardo Frei, fez lá, em Assunção, uma declaração peremptória e a distribuição de um livro, um documento sobre a política de Defesa Nacional do Chile, que não dá margem à dúvida de que o Chile não está interessado em corrida armamentista nenhuma, que não tem demanda de compra de aviões. Não existe isso. O presidente da Argentina desestimula qualquer corrida armamentista. O Brasil também tem a sua política de Defesa publicada e feita não só pelos militares, mas por militares e civis, e mandada ao Congresso, e discutida no Congresso.

Ou seja, nós estamos tratando aqui, nesta parte da América Latina, de países democráticos, de governantes que sabem a responsabilidade que têm para com o seu povo e que não estão interessados em comprar armas. Não vai haver corrida armamentista. Eu tenho tranquilidade quanto a isso. Pode haver, e é necessário que haja, reposição de armamento, às vezes, obsoleto, aqui ou ali. Mas os gastos – isso tudo é publicado – os gastos são moderadíssimos, no caso brasileiro sobretudo. E eu até devo agradecer às Forças Armadas a compreensão que têm tido desse processo de ajuste econômico, de mudanças no Brasil, um comportamento exemplar, democrático, solidário com o País. Então, não há esse risco.

No que diz respeito à relação do Brasil com a Argentina, é uma relação histórica, que tomou esse curso a partir do presidente Sarney, foi continuado pelo presidente Collor, pelo presidente Itamar e por mim. Quer dizer, isso tem, portanto, uma continuidade, independentemente das orientações políticas nacionais dos governos. E que está fundamentada na compreensão de que o crescimento do Brasil e da Argentina depende de uma relação econômica, política e até cultural, cada vez mais sólida.

Isso eu tenho a convicção de que é o sentimento do presidente Menem, que foi reiterado. Acho, também, que alguns círculos, na Argentina, que eventualmente pudessem ter sido críticos do fato de que a Argentina estava exportando muito para o Brasil – e eles imaginam que isso poderia levar a uma certa relação assimétrica, de dependência com o Brasil – perceberam que não se trata disso, mas se trata de uma relação em que os dois ganham. Até porque a balança comercial é favorável à Argentina e não ao Brasil, neste momento.(...)

Bem a outra questão é a questão do Conselho de Segurança. Desde que eu assumi a Presidência declarei, inúmeras vezes – fui Chanceler, conheço razoavelmente a situação, conversei muitas vezes, como Chanceler, com o meu confrade e amigo de tantos anos, Guido Di Tella, e outros Chanceleres, a respeito dessa questão. O Brasil disse, sempre, que é favorável à mudança nas Nações Unidas. Para que? Para dar maior legitimidade e maior eficiência às Nações Unidas. Não é só o Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança é uma parte importante, mas não é só. Tem o que se chama o Conselho Econômico e Social; tem as ações das Nações Unidas no Meio Ambiente; na questão dos temas sociais, como as mulheres, a pobreza. Há muitas questões que precisam de maior praticidade. O Brasil favorece uma atitude de reforma nas Nações Unidas.

"O símbolo do Real agora é a dentadura, os pobres botando dentes. Isso é um avanço imenso"

Legitimidade significaria não só que a Assembléia das Nações Unidas tem – a tem que ter – um peso grande, como significa, também, que o Conselho de Segurança deva ter uma participação ampliada.

E à diplomacia brasileira, ao governo brasileiro, não parece que tenha sentido distinguir países. Se for haver uma mudança no Conselho de Segurança, que hoje tem 5 membros permamentes, e se esse número de membros permanentes for aumentado, não tem sentido aumentar, mas aumentar para tal e qual potência – que nós, aliás, apoiamos – vão ser permanentes. Os outros vão ter rodízio.(...)

E, mais de uma vez, eu disse que, para nós, a relação com a Argentina, com os nossos vizinhos, com o Mercosul, essa é uma questão vital. Agora, aqui, se trata de uma expansão da presença brasileira, em nível mundial. É bom, é importante, mas não é vital, como é a outra. É nesse contexto que eu converso com o presidente Menem, que entende isso. Agora, ponha-se no lugar do Presidente Menem. Como é que ele pode dizer, pura e simplesmente, que a Argentina não...

Então, na reunião que nós tivemos, eu disse – reunião pública lá, pública não, dos presidentes. "Ao invés de nós estamos discutindo quem vai ser e quem não vai ser, por que não se muda a lógica? Porque só um? Porque só um da América Latina? Porque não dois, ou mais". Na Europa haverá, eventualmente, quatro. Na Ásia, três. Então, eu acho que, em vez de fazer uma discussão que divide, vamos fazer uma discussão que una. Essa é a minha opinião. Claro que, entre esses três estamos nós, não é?(...)

Jornalista William Chamberg, da Agência Reuters – *Bom dia, senhor presidente. Tem uma notícia que está realmente dominando as manchetes internacionais hoje, que é a morte da princesa Diana. Gostaria de saber as opiniões do senhor sobre a vida dela, a reação a essas tristes notícias e as opiniões do senhor com relação ao debate do papel da imprensa, em geral, se existem limites que não podem ser ultrapassados pela imprensa. Eu sei que tem um projeto que está meio preso no Congresso Nacional, que também prevê a previsão de impor limites à atuação da imprensa. Gostaria de saber se o presidente poderia falar um pouquinho sobre essa questão, além dessa notícia.*

Presidente – Primeiro, com relação à princesa Diana. Eu conheci a princesa Diana. Eu, uma vez, lá, quando eu era chanceler, ela foi à Embaixada do Brasil em Londres, porque o embaixador Paulo Tarso e a nossa embaixatriz Lúcia Flecha de Lima tinham relações de amizade com a princesa, e ela foi para me conhecer. Eu não estava. Convidou-me para ao Palácio de Kensington, onde ela vivia e eu fui ao meio-dia. Eu fui lá para tomarmos um aperitivo. E tive uma impressão muito simpática da princesa Diana. Uma pessoa simples no jeito de tratar, uma pessoa inteligente, extremamente agradável. Deume a impressão de quase tímida. Pode ser que eu esteja equivocado. E preocupada. Ela tinha estado no Brasil. Fez vários comentários, preocupada coma vida quotidiana, o que me parece alguma coisa muito interessante, para alguém que, naquela época, era princesa herdeira da Inglaterra. Não era uma pessoa que se relacionasse – eu era ministro – com um chanceler de um país como o Brasil de uma maneira, digamos, protocolar. Ela discutia, falava sobre questões, temas mais da vida quotidiana do povo. Depois, tive, em mais algumas outras ocasiões, oportunidade de estar mais brevemente. E sempre tive a mesma sensação da princesa Diana, que eu creio que se transformou num símbolo de alguém, exatamente nessa direção, de alguém que vai cuidar dos aidéticos, que vai à África e pega uma criança esfomeada no colo, que tem disposição, ao mesmo tempo, para cumprir os papéis da realeza, enquanto pode cumprí-los, quando tinha de cumprí-los, mas que tinha uma disposição humana. E talvez tenha até morrido por causa dessa disposição humana, por não querer se conformar com ser uma estátua. Eu acho que, portanto, até pessoalmente, é uma coisa que me comove, saber que uma pessoa com essas características de simbologia e como ser humano sofreu um acidente naquelas condições.

A outra parte da questão: eu aspiraria que a imprensa, ela própria, definisse certas regras. Não creio que adiantem muitas regras legais. Eu acho que, muitas vezes... Pelo que eu vi ontem, eu estava ouvindo a BBC, o lado da competição, o lado do mercado não pode matar o lado valorativo, o lado do valor moral. O mercado tem que ser limitado também aí. Assim como na sociedade eu não acho que o mercado deva ser o começo e o fim de todas as coisas, também não pode ser uma competição pela competição. Dá a impressão de uma certa angústia competitiva, que leva, muitas vezes, à busca do sensacionalismo onde ele não existe ou às vezes até de criar o sensacionalismo. Eu devolveria a vocês a reflexão. Eu não acredito que isso seja algo que devesse ser resolvido impositivamente, pela coerção, porque a imprensa livre é fundamental na democracia. Mas a liberdade implica em responsabilidade. E essa responsabilidade cabe, digamos, aos que praticam o exercício da profissão: definir qual é a melhor maneira e quais são os limites para isso. E, sobretudo, porque não é uma questão pessoal. É uma questão de mercado essa competição, quando vira uma coisa assim selvagem quase. O mercado selvagem é sempre ruim. Para os países ele leva a miséria e para os seres humanos há o empobrecimento. ■